

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	55

## PARECER 03 CESC

**PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre o projeto e as emendas.**

**DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero dizer que existem quatro emendas a esse projeto. Eu vou ler, inclusive, o texto original e as emendas propostas. É o seguinte o parecer:**

**(Parecer ao Projeto de Lei nº 561, de 2019, contendo 3 páginas.)**

**(ADMINISTRAÇÃO E SÚPER, TRATA-SE DO PARECER 2 DA CESC, DE AUTORIA DA DEPUTADA ARLETE SAMPAIO. TATI AMORIM.)**

Segue revisão: Philippe.

REVISÃO: Philippe (TELETRABALHO)

(Parecer ao Projeto de Lei nº 561, de 2019, contendo 3 páginas.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para proceder a comentários adicionais sobre o parecer. Sem revisão da oradora.) – Para todos poderem acompanhar e evitar problemas, eu vou citar aqui as emendas.

A Emenda nº 1, de autoria da Deputada Júlia Lucy, está sendo acatada e muda o art. 6º. Na verdade, é uma emenda que tem um caráter muito mais de correção redacional, não mexe muito no conteúdo do projeto.

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	56

A Emenda nº 2, também de autoria da Deputada Júlia Lucy, também estamos acatando. Essa emenda dá ao parágrafo do art. 2º a seguinte redação...

A Emenda nº 3, de autoria também da Deputada Júlia Lucy, tem um conteúdo similar à emenda que eu apresentei; portanto, eu a estou rejeitando não pelo conteúdo dela, mas porque eu acho que o texto que eu propus aqui se adequa melhor ao projeto.

Então, eu vou ler como fica para vocês inclusive acompanharem...

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deixe só ela concluir o parecer, porque nós já temos inscritos aqui o Deputado Delmasso, Deputado Leandro Grass e, em seguida, V.Exa., Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – O art. 3º, Inciso II, diz assim, eu estou lendo o projeto de lei: “O respeito à autonomia do indivíduo sobre seu próprio corpo e destino, vedado o constrangimento de cunho religioso, moral ou ético”.

A redação que eu estou propondo no lugar dessa é a seguinte: “O respeito à autonomia do indivíduo sobre seu próprio corpo e destino, como também o respeito às suas convicções de cunho religioso, moral ou ético”.

No Inciso VIII, do art. 5º, está dito assim: “Implementar políticas públicas de geração de trabalho e renda para os usuários da política como elementos redutores de danos sociais”.

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	57

Eu estou propondo: “Implementar políticas públicas de geração de trabalho, renda e moradia, para os usuários da política como elementos redutores de danos sociais”.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

s/Romildo

REVISÃO: Philippe (TELETRABALHO)

“... como elementos redutores de danos sociais.”

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputada Arlete Sampaio, só para deixar claro, já que a Assessoria da Mesa não observou. Quanto à Emenda nº 4, V.Exa. a citou, mas não disse se é pela aprovação ou não dela.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, é exatamente o que eu acabei de dizer: somos pelo acatamento das Emendas nºs 1, 2 e 4. A Emenda nº 4 é de autoria da Relatora.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Pelo acatamento das Emenda nºs 1, 2 e 4, sendo esta última de autoria da Relatora.

Em discussão o parecer.

Estão inscritos o Deputado Delmasso, o Deputado Leandro Grass e a Deputada Júlia Lucy.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	58

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para este debate é importante nós fazermos um resumo histórico de como nasceu e de como foi implementada a política de redução de danos no mundo e no Brasil.

A política de redução de danos teve origem em 1926, na Inglaterra, com a publicação do Relatório Rolleston, a partir do qual se indicava a prescrição médica para dependentes químicos em heroína, como forma de prevalecer os benefícios dessa administração frente aos potenciais riscos da síndrome da abstinência.

No Brasil, estava em vigor desde 2002, tendo em vista que o Governo Bolsonaro, em janeiro de 2019, revogou a Política Nacional de Redução de Danos. No Brasil, como eu disse, ela estava em vigor desde 2002. Na realidade, a primeira experiência de redução de danos aconteceu em 1989, na cidade de Santos, onde a prefeitura distribuiu seringas estéreis entre os usuários de drogas injetáveis, com o objetivo de conter a disseminação do HIV/Aids. Esse relato foi estabelecido pelo psiquiatra Edson Cruz, conforme publicação na *Revista de Psiquiatria*, em 2011. Ana Fonseca, em 2012, destaca que, a partir de 2004, houve uma mudança na Política de Redução de Danos, de modo que a Aids deixou de ser o foco da redução e o crack assumiu esse lugar. A redução de danos passa a ser compreendida como uma estratégia da política de atenção integral aos usuários de álcool entre outras drogas. Contudo, na prática, os projetos de redução de danos continuam tendo dificuldade de implementação e, em primeiro lugar, uma das suas principais ações é a distribuição

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	59

de materiais estéreis para os usuários de drogas, para que eles possam fazer a transição das drogas mais severas para as drogas menos severas.

Como a Deputada Arlete Sampaio disse, a metodologia apresenta, segundo aqueles que defendem a Política de Redução de Danos, uma inovação. Dentre vários méritos, enfatiza a promoção do serviço de fácil acesso e pronto atendimento como alternativa às abordagens de alta exigência que se tornam política, nessa época de redução de danos, segundo o entendimento daqueles que implementaram em 2002, como uma forma eficaz.

Fiz esse histórico para me posicionar contrário a esse projeto. Com todo o respeito que tenho pelo Deputado Fábio Felix, quero dizer que sou contrário na sua concepção, porque, na minha concepção, não é correto o Estado distribuir, por exemplo, seringas estéreis, agulhas estéreis para usuários de drogas. Na minha concepção, como foi feito na Política Nacional de Redução de Danos, não é correto, por exemplo, que os espaços públicos deveriam – e não serem obrigados – ter um espaço para que esses usuários de drogas pudessem usar drogas menos agressivas, como foi colocado.

É claro que essa é uma posição que vai gerar muito debate, mas tenho certeza de que a população não gostaria que o dinheiro público fosse investido na distribuição desse tipo de material para aqueles que utilizam drogas. Eu, particularmente, defendo sim a atuação das casas terapêuticas, porque diversas pessoas passaram por essas

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	60

comunidades terapêuticas e tiveram um tratamento exitoso, tendo em vista o trabalho com a questão da abstinência.

Há, em Brasília, uma comunidade terapêutica que fica em Planaltina, de um pastor renomado que, inclusive, tem muito respeito pelo.

S/23. S/Revisão: Denise.

## IVE TELETRABALHO

em Planaltina, de um pastor renomado, que, inclusive, tem muito respeito pelo Conselho de Política sobre Drogas do Distrito Federal – Conen/DF, o Pastor Ramalho, que faz um trabalho excepcional sem aplicar a política de redução de danos.

Acredito que, no momento em que nós estamos vivendo, não seria conveniente votarmos um projeto que estabelece uma diretriz de uma política que já foi implementada em 2002, era severamente criticada no Congresso Nacional, era severamente criticada em algumas assembleias legislativas. Então, acredito não ser conveniente a aprovação deste projeto aqui neste primeiro momento.

Como eu disse, a política de redução de danos, e aí eu falo com base em todas as literaturas que defendem essa metodologia, inicia-se com as terapias de substituição de drogas, das pesadas pelas leves. Então, é importante que todos nós que estamos aqui possamos refletir qual sociedade nós gostaríamos de ter.

Na Holanda, onde houve a implementação dessa política de redução de danos, nós vimos ali que a maioria da juventude da Holanda passou por um problema muito

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	61

sério, que foi a falta de capacidade de produzir, tendo em vista o alto índice de usuários de drogas naquele país.

Então, eu, particularmente, quero me posicionar - com todo o respeito que tenho ao Deputado Fábio Felix – contra esse projeto, tendo em vista que ele não especifica que a política de redução de danos ali, na sua redução de danos, utilizará somente drogas lícitas, mas deixa em aberto também essa terapia de substituição, conforme diversas literaturas que defendem a política de redução de danos tenham colocado.

Era só isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Informo aos Senhores que temos *quorum* necessário, mas peço que todos permaneçam na sessão para que possamos vencer os quinze itens da pauta do dia de hoje, a fim de que não haja a necessidade de convocarmos sessão extraordinária para amanhã.

Acho que, se terminarmos a pauta de hoje, na terça-feira votamos os dois ou três projetos que estão faltando, e poderemos aí iniciar o recesso parlamentar, recesso este em que a Câmara Legislativa do Distrito Federal continuará funcionando normalmente.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	62

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) –  
Sr. Presidente, obrigado.

Primeiro, eu quero parabenizar o Deputado Fábio Felix pela proposição, destacar aqui que ainda há muito amadorismo, ainda há muita intuição e poucas evidências nas ações e nas políticas públicas relacionadas ao tratamento dos usuários de drogas no Brasil.

Infelizmente, uma boa parcela da sociedade ainda enxerga o problema das drogas como um problema moral. O problema das drogas é um problema de saúde pública, é um problema que precisa ser enfrentado com base em evidências e não com base numa avaliação, como eu disse, moral do comportamento das pessoas.

E, tendo em vista que se trata de um problema de saúde pública, que exige o tratamento baseado em evidências e em experiências que foram fundamentadas cientificamente, é que eu quero aqui declarar o meu apoio ao projeto, porque, justamente, a política de redução de danos está extremamente implementada no mundo, é altamente implementada no mundo, com experiências muito bem-sucedidas, com evidências científicas e técnicas muito bem fundamentadas.

Aqui vale destacar que uma dessas evidências é o custo social. Não se trata aqui, inclusive, nesse projeto de distribuir seringas, não tem nada a ver com isso. O projeto é de diretriz de política pública. A regulamentação vem posteriormente.

E, inclusive, nas experiências já regulamentadas em vários países, há evidências de que o custo social ou o tratamento com a política de redução de danos

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	63

é muito menor do que o custo social posterior, que você tem, por exemplo, com a criminalização do usuário de drogas, com o encarceramento, que hoje no Brasil está sendo feito em massa, não só em relação aos usuários, numa confusão por vezes do próprio Poder Judiciário e do Poder Executivo, mas também uma criminalização na questão da droga em si.

A maior parcela da nossa população carcerária é de traficantes de drogas. Então, a questão da droga precisa ser pensada não numa lógica de enxugar o gelo como é no Brasil, a gente prende traficante todo dia

s/Rosângela

IVE TELETRABALHO

traficantes de drogas.

Então, a questão da droga precisa ser pensada não numa lógica de enxugar o gelo como é no Brasil, a gente prende traficante todo dia, e o consumo de drogas aumenta, ele continua, a gente não consegue resolver isso.

No SUS, há uma sobrecarga também em relação a diversos tipos de tratamento por causa do consumo de drogas. Como a gente resolve isso do ponto de vista da eficácia, do ponto de vista da eficiência também nos casos públicos? Isso tem que ser pensado!

Se a gente não levar a sério essa questão, com base em evidências técnico-científicas, vai-se continuar aqui fazendo um discurso de moralização da questão das drogas sem encaminhar isso para uma resolução concreta! Tem que passar também

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	64

pela responsabilização do indivíduo, tem que passar pela conscientização do indivíduo, não existe tratamento só do Estado! A pessoa tem que se envolver conscientemente na forma de lidar com as drogas. E ainda tem de haver transparência para isso. Quanto custa a política de redução de danos? Quanto custa ao País a política de encarceramento? Quanto custa ao Brasil os tratamentos no SUS para pessoas envolvidas com o crack, envolvidas com outros tipos de drogas? E as drogas lícitas? E o álcool? Vamos falar também das drogas lícitas! Então, é preciso que a gente leve isso a sério, e com viés técnico-científico, falando isso mais uma vez aqui. A política de redução de danos tem exemplos muito bem-sucedidos, existe inclusive uma associação internacional que faz uma série de estudos, acho importante a gente se pautar nesses argumentos.

Nesse sentido, quero aqui, mais uma vez, frisar, com base no relatório da Cesc, que o projeto do Deputado Fábio Felix, especialmente no art. 5º, inciso II, tem o propósito, tem como diretriz garantir, promover e destinar recurso para o treinamento, capacitação e supervisão técnica de trabalhadores e profissionais. E também o art. 6º, inciso II, trata da produção e distribuição de material informativo para a população. Portanto, aqui eu quero declarar o meu voto favorável ao projeto, é preciso promover uma larga educação, uma larga conscientização da população a respeito da política de redução de danos, sem, novamente, colocar uma carga moral num problema que é de saúde pública, e assim tem que ser enfrentado.

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	65

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy para discutir.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, o Deputado Leandro Grass trouxe aqui essa questão da responsabilização do indivíduo, que é algo que nós liberais temos como principal meta no nosso discurso, na nossa atuação. S.Exa. já tratou muito bem desse tema.

Eu gostaria de falar um pouco agora das famílias. As famílias dos dependentes químicos, Presidente, vivem um verdadeiro inferno na Terra, e eu posso falar isso porque já vivi isso dentro da minha família. É criada toda uma codependência dentro dessa relação familiar quando existe um dependente químico. E aí, Presidente, como eu defendo a liberdade, eu defendo que as pessoas tenham a liberdade também de escolherem onde tratar os seus parentes.

Há situações, Presidente, em que é necessário que esse dependente químico seja internado em uma clínica de cunho religioso, há casos em que não, em que o paciente não aceita o lado religioso do tratamento, então ele precisa ir para outro tipo de tratamento.

O fato é que, por sermos seres únicos, por sermos indivíduos diferentes, cada dependente químico vai ter uma necessidade específica, e aí, Presidente, precisamos entender que as famílias também se organizam de formas diferentes. Neste momento, restringirmos aquilo que pode ou não ser feito no tratamento da dependência química é extremamente perigoso.

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA

## NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   06   2020	15h20min	Sessão extraordinária	66

Eu li o projeto do Deputado Fábio Felix e não vi nenhum risco no projeto, é um projeto que trata de uma política, é um projeto que trata de um conjunto de diretrizes, é um projeto que trata, sobretudo, de liberdade de tratamento. E precisamos ampliar os canais de tratamento dos dependentes químicos. Uma coisa posso lhes dizer: a droga é a pior coisa que pode acontecer dentro de uma família. E as famílias brasileiras precisam escolher como cuidar desses pacientes.

Então, o projeto do Deputado Fábio Felix é um projeto amplo, traz diretrizes que podem ser adaptadas a depender da técnica escolhida, da técnica de saúde a ser escolhida, a ser escolhida pela família. Eu gostaria, Presidente, de, neste momento, tranquilizar os meus colegas...

REVISÃO: HELOÍSA

de saúde a ser escolhida pela família.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento, eu gostaria de tranquilizar os meus colegas, independente do histórico de onde tenha surgido ou não, nós sabemos que a política de redução de danos surgiu principalmente em governos com viés mais de esquerda, mas não temos que fazer essa análise neste momento. Nós temos que ler o projeto do Deputado Fábio Felix de uma forma técnica, de uma forma isenta e aprová-lo porque é o melhor para darmos liberdade de tratamento aos dependentes químicos do Distrito Federal.

A gente tem muito o que avançar mesmo, a gente precisa intensificar, especialmente, a parte de educação. Eu, particularmente, levei a minha filha, criança

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	67

ainda, a uma clínica de reabilitação para que ela visse o que a droga pode fazer com uma pessoa. Eu acho que hoje – eu concordo com o Deputado Leandro Grass – a gente quer tapar o sol com a peneira, a gente quer fingir que as pessoas não estão buscando as drogas, achando que proibindo dessa forma vai resolver. Mas não vai, infelizmente.

Eu já trabalhei na Polícia Federal na área de repressão a entorpecentes, inclusive. Trabalhei de perto com a política de combate a drogas no Brasil e eu posso dizer que ela não funciona do jeito que funciona hoje. Ela não dá resultado, ela só mata.

Então, eu acho que vai ser um retrocesso, Sr. Presidente, a gente não aprovar esse projeto do Deputado Fábio Felix. Eu acho que é uma base importante, é um projeto extremamente defensor da liberdade, defensor das escolhas das famílias, defensor da aplicação do que a Medicina e a ciência apontam como aquilo que realmente funciona. E a gente tem que tomar cuidado para não se fechar muito porque hoje, por exemplo, a gente está vivendo essa dificuldade de trazer medicamentos que tenham como princípio ativo o canabidiol. Muitas e muitas doenças podem ser tratadas com medicamentos que tenham como princípio ativo o canabidiol, mas a gente vê um obscurantismo, a gente vê um preconceito norteando muitos dos debates no Congresso. Então eu acho que a gente não pode cair na mesma cilada neste momento.

Eu gostaria de parabenizar o relatório da Deputada Arlete Sampaio. A emenda apresentada por S.Exa. ficou melhor do que a minha. Eu havia apresentado uma

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	68

emenda que retirava a proibição de ter um amparo, de ter um constrangimento de cunho religioso, mas a Deputada Arlete Sampaio foi além e previu o respeito à escolha religiosa de cada um dos dependentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Para concluir, Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – A gente vive num país laico em que há várias religiões, e isto é o mais bonito do Brasil: esse sincretismo religioso, essa liberdade religiosa. É isso que faz o Brasil ser o Brasil. Então, a emenda da Deputada Arlete Sampaio é melhor do que a minha, o relatório dela ficou muito bom. E eu gostaria também de parabenizar o Deputado Fábio Felix pela apresentação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, eu me inscrevo para discutir.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de falar muito rapidamente sobre o tema.

Eu não sei se algum Parlamentar sabe, mas eu sou assistente social de carreira do GDF, e o meu primeiro emprego foi atendendo a população em situação de rua, na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília, especialmente pessoas que estão em situação de drogadição, como a gente diz na prática profissional, fazendo o acolhimento, dando uma orientação a essas pessoas.

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	69

Eu gostaria de dizer a todos que o projeto não trata da distribuição de nenhum insumo específico e que a redução de danos no Distrito Federal sempre tratou muito mais da orientação e do acolhimento que são feitos durante esse processo.

Quando a gente chegava a um usuário que a gente sabia que não havia condições de colocá-lo no regime de internação, ou porque muitas vezes não havia uma vaga na comunidade terapêutica ou porque esse usuário não queria um tratamento, a gente dava uma orientação de uso de água, de como ele podia buscar alimentação, de qual era a melhor forma de ele se portar na rua, de como ele poderia se cuidar. A redução de danos tem muito esse aspecto do acolhimento.

Por exemplo, uma coisa muito simples é tomar água. Imaginem uma pessoa que está numa situação de degradação máxima e em situação de rua e que, às vezes, passa doze horas usando tiner, chegando até ao *crack* e não toma um copo de água! Uma orientação, alguém que fale onde se possa buscar uma garrafinha de água... Há hoje um CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial, no Setor Comercial Sul, aonde a pessoa pode ir e tomar um litro de água para depois voltar para a rua, porque a gente sabe que, hoje, as possibilidades de tratamento ainda são muito restritas.

A redução de danos não tem uma conformação, uma concretude específica, determinada para todo mundo. Diferente do que foi falado, exatamente, a política de redução de danos é aplicada em governos de direita e de esquerda, só para complementar, e foi aplicada em governos de todas as matrizes ideológicas pelo mundo. A política de

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA

## NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   06   2020	15h20min	Sessão extraordinária	70

REVISÃO: HELOÍSA

a política de redução de danos ela é aplicada em governos de direita e de esquerda, só para complementar, e foi aplicada em governos de todas as matrizes ideológicas pelo mundo. A política de redução de danos em alguns lugares como no Brasil é aplicada junto com o proibicionismo, quer dizer, com a proibição das drogas, isso é normal; e em outros países junto com a regulamentação das drogas. Então, a política de redução de danos pode ser aplicada nos dois contextos.

Então, o contexto citado da Holanda, por exemplo, é o contexto de política de redução de danos e mais a legalização. É diferente do contexto brasileiro. A política de redução de danos também tem esse aspecto. Ela é uma política de atendimento. O nosso projeto não restringe outros tipos de tratamentos possíveis. Ele não inviabiliza o funcionamento de outras comunidades, outras matrizes de atendimentos técnicos em relação à drogadição. Então, é um projeto amplo.

Para concluir, a redução de danos hoje é reconhecida pelos profissionais de saúde e também pela Organização Mundial de Saúde como a principal, a mais recomendada medida de tratamento à situação das drogas, porque, quando eles medem os índices da saída das drogas – a gente pode pegar o exemplo do cigarro, que é uma droga mais conhecida –, todo o processo de tratamento gradativo com medicamentos e adaptando a redução de danos, ela é a mais exitosa para que as pessoas larguem o tabaco. Já o processo de abstinência, isso por dados científicos, ele

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	71

é o que tem tido ainda, infelizmente, o maior retorno das pessoas à utilização das drogas.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Para concluir, Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Então, a redução de danos fica como uma diretriz importante para a Secretaria de Saúde – que já faz – continuar utilizando no Distrito Federal essa forma de tratamento dos usuários.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu nunca usei drogas na minha vida e, certamente, nunca usarei. Agora, no meu ponto de vista, está comprovado que o atual modelo de combate às drogas no mundo não funciona. Os Estados Unidos têm invadido países, desestabilizando a democracia. Invade países dizendo que está combatendo as drogas.

Aqui, neste momento, nós estamos em nosso plenário, e há um Deputado que é delegado da Polícia Civil. Já prendeu muitos usuários e também traficantes. Agora, nós sabemos que os barões das drogas não estão na Ceilândia, não estão nos morros do Rio de Janeiro. Se você verificar hoje, 80%, no mínimo, do trabalho que a polícia faz é de combate às drogas e não deu certo.

Portanto, eu acho que esse projeto vai no sentido de buscarmos um caminho alternativo, uma saída efetiva para o combate dessa coisa tão perversa, eu diria a

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	72

doença do século, talvez a moléstia mais terrível que existe. Eu ousou dizer que ela é pior que o coronavírus.

Portanto, Deputado Fábio Felix, V.Exa. está de parabéns por ter tido a coragem de levantar essa questão, que não é de esquerda. Eu tenho visto o ponto de vista do Fernando Henrique. Eu não concordo com nada que ele prega, mas ele está certo: tem que se encontrar um novo modo, um novo modelo para o combate.

Eu fico olhando... Hoje mesmo houve uma grande operação da Polícia Civil do Distrito Federal. Mais de cem homens equipados, durante o dia inteiro, caçando traficantes, os pequenos. Prende um, nascem dez. Para mim e para quem já assistiu – eu já assisti –, não existe coisa pior certamente do que uma família ter uma pessoa usuária de droga no seu meio. É destruição completa.

Portanto, eu vou votar a favor do projeto. Depois, não venham me dizer, com um discurso fácil, que nós estamos facilitando a comercialização, que estamos facilitando o uso de droga, porque não estamos. Nós estamos buscando uma alternativa, uma maneira inteligente de fazer com que essa chaga terrível seja combatida no Brasil.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODEMOS. Para discutir. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, vou dar o exemplo do Deputado Chico Vigilante, que falou que tem

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	73

um delegado, tem um assistente social e tem um profissional de enfermagem, ou seja, nós três temos como nossa rotina atender essas pessoas.

IUNA

Deputado Chico Vigilante, que falou que tem um delegado, tem um assistente social e tem um profissional de enfermagem, ou seja, nós três temos como nossa rotina atender essas pessoas.

De fato, as políticas públicas voltadas para as pessoas que têm algum tipo de vício não são boas. O que se prega hoje, e o que muitas famílias querem é enclausurar o indivíduo para que ele possa se curar. Nós sabemos que o vício é uma doença, e essa doença tem que ser tratada como doença. Não podemos achar que um viciado tem o discernimento, tem a vontade de parar na hora que ele quiser. Ele não tem o discernimento de não usar uma seringa descartável. Então, são doentes e têm que ser tratados como doentes. Infelizmente, é isso.

Hoje os nossos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD, muitos deles estão servindo apenas como dormitório ou como um local para eles se alimentarem. Nós estamos enxugando gelo com esse pessoal. Quando você faz uma internação, compulsória ou não, é quando se acha vaga, porque, diga-se de passagem, é muito cara a internação. Quem tem familiar que já precisou sabe o quanto é caro. A política do DF com relação às internações é precária, não temos tanto espaço nem temos tantas oportunidades para as pessoas serem internadas. Ou seja, nós estamos enxugando gelo.

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	74

Então o Deputado Fábio Felix, que conhece isso mais do que ninguém, vem com essa proposta, no meu ponto de vista, para melhorar a política, porque a política é discutida nacionalmente. Tudo que a gente puder fazer para melhorar para eles, para ajudá-los, pelo menos nesse ponto de saúde, com certeza é um projeto que pode agregar e melhorar a vida dessas pessoas.

É um problema sim, Deputado Fábio Felix. Ainda bem que nós temos aqui V.Exa., que entende pra caramba sobre isso, porque isso faz esta Câmara ser, talvez, uma das melhores até hoje. Nós temos uma diversidade muito grande e aqui a gente aprende muito. Mesmo sendo da área de saúde, a gente aprende muito com os colegas, sejam de qualquer área. Pode contar, a gente estará junto nesse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vou falar de duas experiências pessoais.

A primeira como médica, atendendo pacientes usuários de drogas no pronto socorro. Realmente é uma situação extremamente complexa. Infelizmente o Estado ainda não possui uma rede de assistência à saúde mental adequada para atender todas as pessoas. Eu acho que não podemos ver esse problema com preconceito, temos que afastar de nós o preconceito para ver esse problema.

Quando fui Secretária de Desenvolvimento Social aqui em Brasília, nós montamos ali onde é hoje o Touring, na época havia ali um Centro de Referência de

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	75

Assistência Social – CRAS. Nós montamos ali um consultório de rua. Era uma equipe de saúde que acompanhava toda a abordagem social das pessoas, da assistência social com usuários de droga.

As pessoas estão na rua. Nem todas que estão na rua são usuárias de droga, mas há aqueles que são. É muito importante essa política de redução de danos, é importante como abordagem inicial dessas pessoas, como orientação às pessoas, como até mesmo ajudar na perspectiva de encaminhar essas pessoas a um serviço competente para resolver a situação da sua drogadição.

Então, nós não podemos enxergar... Tirem da frente o preconceito ao votar esse projeto. Vamos votar pelas pessoas que estão precisando hoje de ajuda, porque realmente a drogadição é um problema de saúde pública, como disse o Deputado Leandro Grass perfeitamente. Não é uma questão que a gente tem que olhar, ou desprezar as pessoas que estão usando drogas. Só porque a gente é contra? Não. Temos que acolher, orientar e encaminhar para um serviço adequado, para que elas deixem de ser drogaditas.

Eu penso que realmente a gente sabe que é um projeto polêmico porque tem pessoas que têm uma visão distorcida do problema. Porém, eu acho que foi muito bom que o Deputado Fábio Felix pudesse trazer esse projeto à tona e nós pudéssemos aqui discuti-lo.

s/Fran

IUNA

# SEM SUPERVISÃO DA TAQUIGRAFIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2020	15h20min	Sessão extraordinária	76

Trazer esse projeto à tona e nós pudéssemos aqui discuti-lo.

Eu quero chamar todos os Deputados para votarem sem preconceitos, pensando no que é melhor para ajudar as pessoas a saírem da condição de drogadição em que elas vivem.

Obrigada.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que na votação de primeiro turno fosse feita a votação nominal desse projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Acato o pedido de V.Exa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

**O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.** Registro abstenção do Deputado Delegado Fernando Fernandes e voto contrário do Deputado Martins Machado e do Deputado Delmasso.